



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

ANA JULIA RODRIGUES

**AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALIMENTAÇÃO
COMPLEMENTAR ENTRE FUNCIONÁRIOS DE UM CENTRO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Tubarão

2019

ANA JULIA RODRIGUES

**AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALIMENTAÇÃO
COMPLEMENTAR ENTRE FUNCIONÁRIOS DE UM CENTRO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação
em Nutrição, da Universidade do Sul de
Santa Catarina, como requisito para
obtenção do título de bacharel

Orientadora: Prof^a. Lucimara Tábata Martins, Msc.

Tubarão

2019

ANA JULIA RODRIGUES

**AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALIMENTAÇÃO
COMPLEMENTAR ENTRE FUNCIONÁRIOS DE UM CENTRO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Nutricionista e aprovado em sua forma final pelo Curso de Nutrição, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

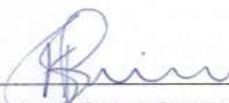
Tubarão, 26 de junho de 2019.



Profª. Lucimara Tábata Martins, Msc.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Profª. Maria Helena Marin, Msc.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Karin de Souza Pereira, Esp.
Nutricionista - Prefeitura Municipal de Tubarão - SC

“A persistência é o caminho do êxito”
Charles Chaplin

AGRADECIMENTOS

Anos se passaram e com eles vieram noites mal dormidas, dúvidas, medos, inseguranças, cansaços, mas também vieram momentos agradáveis, novos e bons amigos, professores em forma de anjos e o melhor, conhecimento e aprendizagem.

Queria agradecer primeiramente a Deus por ter me guiado todos os dias com segurança para a faculdade, por ter me dado saúde, sabedoria e leveza para os momentos difíceis. Aos meus pais, namorado e irmãs, por estarem sempre ao meu lado me apoiando e me incentivando.

A orientadora Lucimara Tábata Martins, pelas palavras de apoio, incentivo e confiança. Sem você esse trabalho não seria o mesmo. Te agradeço imensamente.

Aos funcionários do Centro de Educação Infantil Alceu Rochadel, por terem aceitado participar deste estudo. Além disso, agradecer também a disponibilidade da professora Karina Remor e as avaliadoras Prof^a. Maria Helena Marin e Karin de Souza Pereira.

A todos que de modo geral tornaram possível a realização deste trabalho. Não tenho dúvidas que Deus escolhe as pessoas certas para entrarem no nosso caminho, sou o resultado da confiança e da força de vocês.

APRESENTAÇÃO

O projeto intitulado “Avaliação do conhecimento sobre alimentação complementar entre funcionários de um Centro de Educação Infantil”, submetido e aprovado na disciplina de TCC I do Curso de Nutrição, pelo Comitê de Ética desta instituição, sob o Protocolo nº 3.249.790 (Anexo A) será apresentado na forma de manuscrito científico, como permite a disciplina de TCC II do curso de Nutrição. Em anexo, consta a política editorial do periódico (Anexo B) e instruções para submissão de manuscritos da Revista de Nutrição (Anexo C), além da Carta de Encaminhamento do Orientador (Anexo D).

Atenciosamente,

Ana Julia Rodrigues

Prof^a. Lucimara Tábata Martins, Msc.

RESUMO

Objetivo: Avaliar o conhecimento sobre alimentação complementar de funcionários de um Centro de Educação Infantil da rede municipal de ensino do município de Imbituba – Santa Catarina. **Métodos:** Estudo transversal realizado com 11 funcionários de um Centro de Educação Infantil da rede municipal de ensino do município de Imbituba- SC. Para avaliar o conhecimento dos funcionários foi utilizado um questionário semi-estruturado considerando as recomendações do Ministério da Saúde para alimentação complementar, com questões de múltipla escolha, sendo nota zero para acerto e um para erro. Os dados foram analisados pelo software *SPSSStatistics 22*. Na descrição dos dados foram utilizadas medidas de tendência central e de dispersão, para variáveis quantitativas e porcentagens para variáveis qualitativas. **Resultados:** A média de idade foi de $43,6 \pm 9,5$ anos, sendo que 90,0% tinham curso superior completo. Os funcionários, em sua maioria erraram 9,0% a 55,0% (uma a seis questões) das questões sobre alimentação complementar, sendo elas, a composição da refeição principal de uma criança de seis meses (81,8%) e a forma de oferta das primeiras preparações a criança (60,0%). Em relação ao percentual de acertos, os maiores percentuais estiveram relacionados ao momento ideal da oferta de água a criança (90,0%) e o uso restrito do sal nas preparações antes de um ano de idade (80,0%). **Conclusões:** É essencial o desenvolvimento de programas de ação continuada e o aprimoramento de ações intersetoriais, envolvendo equipes multiprofissionais, pois somente os conhecimentos adquiridos na prática são insuficientes para promover boa alimentação e hábitos alimentares saudáveis para o devido crescimento e desenvolvimento das crianças.

Palavras-chaves: Alimentação complementar; educação infantil; educação em saúde.

ABSTRACT

Objective: Evaluate the knowledge about complementary feeding among employees of a Center for Early Childhood Education. **Methods:** A cross-sectional study was conducted with 11 employees. A semi-structured questionnaire following the recommendations of the Ministry of Health for complementary food, with multiple choice questions, considering zero score for a correct answer and one for an incorrect answer, was used to evaluate the knowledge about supplementary feeding of the employees. The data was analyzed with the software SPSSStatistics 22. In the data analysis, central tendency and dispersion measures were used for quantitative variables and percentages for qualitative variables. **Results:** The mean age was 43.6 ± 9.5 years, and 90.0% had completed higher education. The majority of employees answered 9.0% to 55.0% (one to six questions) of the questions about complementary feeding incorrectly, with a greater percentage being about the main meal of a six-month-old child (81.8%) and the form of supply of the first preparations to the child (60.0%). Regarding the the percentage of correct answers, the highest percentages were related to the ideal moment of water supply to the child (90.0%) and the restricted use of salt in the preparations of children before one year of age (80.0%). **Conclusions:** Programs of continuous action and the improvement of intersectoral actions are essential, involving multidisciplinary teams, since only the tacit knowledge is insufficient to promote good nutrition and healthy-eating habits for the adequate growth and development of children.

Keywords: Complementary feeding; preschool; Infant nutrition.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Características sociodemográficas da população estudada. Imbituba-SC, 2018	17
Tabela 2 – Conhecimentos sobre alimentação complementar entre a população estudada. Imbituba-SC, 2018.....	18

LISTA DE SIGLAS

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

EX – Exemplo

OMS - Organização Mundial da Saúde

SC – Santa Catarina

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

WHO – *World Health Organization*

LISTA DE SÍMBOLOS

% - Percentual

> - Maior que

< - Menor que

n - Número

® - Marca registrada

± - Mais ou menos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 MÉTODOS	16
3 RESULTADOS.....	17
4 DISCUSSÃO	20
5 Conclusão	25
REFERÊNCIAS.....	26
ANEXOS	31
ANEXO A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética.....	32
ANEXO B – Política editorial Revista de Nutrição	35
ANEXO C - Instruções para submissão Revista de Nutrição	38
ANEXO D – Carta de encaminhamento do Orientador	49

**AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALIMENTAÇÃO
COMPLEMENTAR ENTRE FUNCIONÁRIOS DE UM CENTRO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

CONHECIMENTO DE FUNCIONÁRIOS SOBRE ALIMENTAÇÃO INFANTIL

COMPLEMENTARY FOOD: EVALUATION OF THE KNOWLEDGE OF
EMPLOYEES OF A CHILD EDUCATIONAL CENTER

KNOWLEDGE OF CHILD SUPPORT STAFF

Ana Julia Rodrigues¹

Lucimara Tábata Martins²

¹Graduanda do Curso de Nutrição da Universidade do Sul de Santa Catarina.

²Mestre em Nutrição. Professora dos cursos de Nutrição e Tecnólogo em Gastronomia da Universidade do Sul de Santa Catarina. Pesquisadora do Núcleo de Inovação Alimentar, Pesquisa e Tecnologia (NIAPTEC).

Financiamento próprio, sem conflitos de interesses.

Endereço: Curso de Nutrição – Professora Lucimara Tábata Martins. Avenida José Acácio Moreira, 787 Bairro Dehon, Tubarão-SC. CEP 88704-900.

Colaboradores:

A. J. Rodrigues participou do desenho do estudo, coleta, transcrição dos dados, análise, discussão e redação do manuscrito.

E-mail: anajulia_ro@hotmail.com

Telefone: (48) 99999-0163

L. T. Martins participou do desenho do estudo, análise, discussão e redação do manuscrito.

E-mail: lucimaratabata@gmail.com

Telefone: (48) 99664-3631

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica que apresenta como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, sendo um complemento das ações da família e da comunidade. A educação infantil poderá ser ofertada em creches e entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade, e a educação pré-escolar, para crianças de quatro a cinco anos de idade.^[1]

A convivência no ambiente escolar é imprescindível para a formação de personalidade da criança, considerando que neste ambiente criam-se relações sociais, aprendizagem cognitivas e afetivas, essenciais para o processo de desenvolvimento multilateral da criança, proporcionando experiências e conteúdos diferentes dos quais elas costumam lidar com o cotidiano de sua família.^[20]

Nos últimos anos houve um aumento de crianças freqüentando ambientes escolares cada vez mais cedo. Dados do último Censo Escolar de 2018, mostraram um aumento de 23,8% nas matrículas no ensino infantil em comparação ao ano de 2014, atendendo 91,7% das crianças entre quatro a cinco anos de idade. Atualmente no Brasil são 69,7 mil creches, sendo 59,4% da rede pública municipal.^[3]

Com a grande difusão das creches em nossa sociedade, as atribuições com o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis têm sido transferido para estas instituições, que além de desenvolverem processos educativos, precisam ofertar uma alimentação equilibrada, proporcionando educação alimentar e nutricional diretamente às crianças e mesmo indiretamente às suas famílias. Práticas alimentares adequadas devem ser adotadas desde os primeiros anos de vida, período no qual os hábitos alimentares se definem e podem perdurar na fase da adolescência e vida adulta.^[4,5]

A Organização Mundial da Saúde (OMS) adverte que a introdução precoce de alimentos, principalmente ultraprocessados, aumenta a morbidade e deixa as crianças mais propensas a contaminação e infecções associadas.^[6] Além disto, introduzindo alimentos precocemente, a criança tende a diminuir o consumo do leite materno exclusivo, fator este associado ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis como obesidade e *diabetes mellitus* na vida adulta, além de carências de micronutrientes como o ferro.^[7,8]

Ainda há uma escassez de estudos na literatura que avaliem o conhecimento da equipe escolar que trabalha diretamente com as crianças nas creches sobre alimentação infantil. É indispensável que esses profissionais tenham conhecimentos sobre alimentação, assegurando e contribuindo para o bom desenvolvimento e crescimento das crianças.^[9]

A capacitação dos profissionais envolvidos com a alimentação das crianças na escola é de extrema importância, para que estes tenham entendimento para oferecerem alimentos e preparações adequadas e promoverem ações de Educação Alimentar e Nutricional a fim de que os escolares se adequem as práticas alimentares saudáveis.^[10] Considerando que a alimentação nutricional pode e deve fazer parte da função pedagógica, sendo que, a mesma deve estar inserida no currículo escolar.^[11]

Diante deste contexto, o objetivo deste estudo foi avaliar o conhecimento sobre alimentação complementar entre funcionários de um Centro de Educação Infantil do município de Imbituba – SC.

2 MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, realizado em um Centro de Educação Infantil do município de Imbituba – SC. A escolha se deu por este ser o único centro educacional infantil público do município. Adotou-se como critério de inclusão profissionais que estavam diretamente relacionados ao atendimento de crianças de seis a 24 meses de idade.

O conhecimento dos funcionários foi avaliado através de um questionário semi-estruturado construído por Barros e Seyffarth^[12] adaptado

aos objetivos da pesquisa e considerando as recomendações do Ministério da Saúde sobre alimentação complementar.^[13] O questionário continha questões sobre variáveis socioeconômicas e demográficas dos funcionários, bem como questões relacionadas ao conhecimento sobre o tema da pesquisa.

Os dados coletados foram digitados em um banco de dados no programa *Microsoft Excel*®. Posteriormente o banco de dados foi exportado para o software *SPSSStatistics 22* para serem analisados. Foram realizadas análises estatísticas apropriadas para as variáveis estudadas. Na descrição dos dados foram utilizadas medidas de tendência central e de dispersão, para variáveis quantitativas e porcentagens para variáveis qualitativas.

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Sul de Santa Catarina (Protocolo de aprovação nº 3.249.790). Os participantes foram esclarecidos quanto aos objetivos do estudo e sua participação formalizada com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3 RESULTADOS

Participaram do estudo 11 funcionários, sendo todas do sexo feminino (n=100%). A média de idade foi de 43,6 ± 9,5 anos, o tempo de trabalho no centro de educação infantil foi em média de 8,2 ± 6,6 anos. A Tabela 1 apresenta as características sóciodemográficos da população estudada.

Tabela 1 – Características sociodemográficas da população estudada. Imbituba- SC, 2018. **(continua)**

Variáveis	N	%
Grau de escolaridade (n=11)		
Ensino Fundamental completo	01	9,1
Ensino Superior completo	10	90,9
Estado civil (n=11)		
Casado (a) / união estável	06	54,5
Separado (a) / divorciado (a)/ Viúvo (a)/Solteiro (a)	05	45,4

Outro	01	9,1
Filhos (n=11)		
01 filho	04	36,4
2 filhos ou mais	07	63,6

Tabela 1 – Características sociodemográficas da população estudada. Imbituba- SC, 2018. (conclusão)

Variáveis	N	%
Renda (n=10)		
2 a 3 salários mínimos	07	70,0
3 a 4 salários mínimos	03	30,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Legenda: N= número da amostra; %=porcentagem.

Dos 11 funcionários, seis eram professoras, uma diretora, uma merendeira e três apresentavam outra função, destas, dez possuíam vínculo empregatícios efetivo e uma contratada por tempo determinado. Os resultados mostram que 54,5% das participantes eram casadas ou estavam em união estável, 63,6% tinham dois filhos ou mais e 70,0% apresentavam renda de 2 a 3 salários mínimos. Em relação à escolaridade, 9,1% tinham o ensino fundamental completo e 90,9% o ensino superior completo.

A Tabela 2 apresenta o percentual de acertos e erros da amostra em relação ao conhecimento sobre a alimentação complementar.

Tabela 2 – Conhecimentos sobre alimentação complementar entre a população estudada. Imbituba – SC, 2018. (continua)

Variável	Certo		Errado	
	N	%	N	%
A alimentação complementar deve ser iniciada a partir de seis meses (n=11)	09	81,8	02	18,2
Deve-se evitar oferecer açúcar até os dois anos à criança (n=11)	07	63,6	04	36,4
O sal deve ser evitado no preparo das refeições das crianças até um ano de idade	08	80,0	02	20,0

(n=10)				
Inicialmente as frutas devem ser oferecidas amassadas ou raspadas (n=11)	07	70,0	03	30,0
Após os seis meses o momento ideal para oferecer água à criança é entre o intervalo das refeições (=10)	09	90,0	01	10,0

Tabela 2 – Conhecimentos sobre alimentação complementar entre a população estudada. Imbituba – SC, 2018. **(conclusão)**

Variável	Certo		Errado	
	N	%	N	%
Os alimentos devem ser apresentados a criança separados, porém todos no mesmo prato (n=11)	07	63,6	04	36,4
A refeição principal de uma criança de seis meses deve conter todos os grupos alimentares (cereais, verduras, legumes e carnes) (n=11)	02	18,2	09	81,8

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Legenda: N= número da amostra; %=porcentagem.

Os funcionários, em sua maioria, erraram 9,0% a 55,0% (uma a nove questões) das 11 questões sobre alimentação complementar. Quando questionados sobre a partir de que idade deve-se iniciar a alimentação complementar, 81,8% responderam corretamente, citando ser a partir dos seis meses de idade.

As questões com maior percentual de erros foram: a composição da refeição principal de uma criança de seis meses (81,8%) e a oferta das primeiras preparações da criança amassadas (60,0%).

As questões com maior percentual de acertos foram: a oferta de água às crianças no intervalo das principais refeições (90,0%) e o uso restrito do sal nas preparações das crianças antes de um ano de idade (80,0%).

Em relação à forma como os alimentos devem ser apresentados às crianças, 63,6% acertaram ao afirmaram que os mesmos devem ser apresentados separados, porém no mesmo prato, e 66,7% citaram que os utensílios ideais para ofertar os alimentos são garfos e colheres.

Sobre a oferta de açúcar as crianças, quando questionados até que idade deve ser evitada, 63,6% responderam corretamente, citando que até dois anos este alimento não deve ser oferecido.

Quando questionadas sobre o tempo de aleitamento materno, recomendado pelo Ministério da Saúde até os dois anos, 54,5% responderam corretamente, além disso, 90,0% concordaram que o leite materno é o líquido ideal para crianças até seis meses.

4 DISCUSSÃO

É na fase escolar que o indivíduo sai do convívio basicamente familiar e se insere no contexto escolar, onde experimentará novos alimentos e preparações, além de ter a oportunidade de promover alterações nos seus hábitos alimentares pela influência do grupo social e dos estímulos presentes no sistema educacional.^[14] Por isso é fundamental o conhecimento da equipe escolar que atuará diretamente no atendimento a esta criança, entretanto, ainda há uma escassez de estudos que avaliem diretamente o conhecimento sobre alimentação complementar destes profissionais.^[9,15,16]

Quando questionados sobre a idade correta de introdução dos alimentos, a maioria dos funcionários participantes do presente estudo responderam ser acima dos seis meses. O Ministério da Saúde recomenda que até os seis meses a criança seja alimentada exclusivamente pelo aleitamento materno. A partir desta idade o leite materno já não é mais capaz de suprir todas as necessidades nutricionais da criança, iniciando assim a alimentação complementar onde são apresentados novos sabores, texturas, cores e aromas até então desconhecidos por esse bebê. Neste período de alimentação

complementar, os alimentos são oferecidos de forma evolutiva, em adição ao leite materno e não o substituindo de maneira abrupta. [13,17]

A introdução de novos alimentos deve levar em consideração fatores sociais e culturais como costumes de cada região, questões socioeconômicas, temperamento da criança e particularidades do lactente (ex.: alergias alimentares, patologias específicas, etc.). [18]

Destaca-se que, segundo Vargas e Soares [19] a adequada transição entre o aleitamento materno exclusivo e a introdução de alimentos variados na alimentação da criança pode trazer intercorrências, principalmente quando essa oferta é realizada antes do completo desenvolvimento fisiológico da criança.

Um ponto destacado entre os resultados desse estudo foi o grande percentual de erros (81,8%) sobre a composição das principais refeições das crianças. Desde os seis meses as refeições principais da criança devem conter um alimento de cada grupo: cereais ou tubérculos, leguminosas, legumes e verduras, carnes ou ovos, afim de garantir um adequado crescimento e desenvolvimento da criança [13]. Estudo realizado por Gurmini *et al.* [20] avaliou a alimentação complementar de 80 crianças de zero a dois anos de idade através de um questionário e dados antropométricos, segundo os resultados apresentados a papa principal foi iniciada com 5-6 meses, porém a carne fez parte da alimentação apenas ao redor dos 8-7 meses, frutas (média de 5,16 meses), embutidos (média de 11,25 meses), leguminosas (média de 6,27 meses), hortaliças (média de 7,72 meses) e água (média de 4,35 meses).

Semelhante a composição alimentar das principais refeições, a textura como estas devem ser oferecidas a criança também gerou um alto percentual de erros (60,0%), a textura do alimento deve seguir o desenvolvimento da criança e ser modificada gradualmente, devendo ser introduzidos inicialmente cozidos em pouca água, amassados e nunca liquidificados ou peneirados. [13]

Alguns estudos mostram que muitas vezes os alimentos são ofertados liquidificados e peneirados as crianças, por receio de engasgo ou

pela falta de dentição, entretanto, a oferta de alimentos liquidificados não estimula a mastigação da criança. [21,22]

Em um estudo sobre alimentação complementar e estado nutricional de crianças menores de dois anos na cidade de Acrelândia – Acre, foi visto que as crianças iniciam a introdução com alimentos pastosos, porém não evoluem de maneira progressiva, ressalta-se que quanto mais pastosa ou líquida a consistência do alimento, menor sua densidade energética e nutricional. [23]

É importante destacar que os alimentos devem ser colocados em porções separadas no prato da criança para que ela aprenda a distinguir a consistência, sabores e cores dos novos alimentos. [13,24]

Sobre a restrição de alguns ingredientes neste período de transição alimentar, quase 80,0% dos participantes concordaram que o uso do sal deve ser limitado até pelo menos um ano de idade, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde. Já em relação à oferta de açúcar, mais da metade dos participantes (63,6%) concordaram que deve ser ofertado após os dois anos de idade. Estudos mostram que crianças nascem com preferência pelo sabor doce, portando a adição de açúcar deve ser evitada nos primeiros anos de vida, para que a criança não perca o interesse pelo consumo de cereais, verduras e legumes. [13]

Com a introdução dos alimentos complementares, é de fundamental importância que a criança receba água, sendo ela a mais limpa possível (tratada, filtrada e fervida). 90,0% dos participantes do presente estudo concordaram sobre a oferta deste líquido e que o melhor horário para oferecê-lo é entre as refeições. Antes dos seis meses de vida é contraindicado a oferta de água ou qualquer líquido que não seja o leite materno [13], entretanto, estudo de Fuzeto e Oliveira [25] mostrou que 55,6% das crianças de mães adolescentes e adultas de Curitiba - Paraná receberam água antes dos quatro meses de vida. Já no estudo de Simon, Souza e Souza [26] observou a introdução precoce de líquidos e alimentos em crianças no período de zero a seis meses, mostrou que água e chá foram os alimentos mais precocemente introduzidos (72,1%).

O leite materno é o alimento mais importante que a criança pode receber, por conter todas as características nutricionais que a criança necessita, com balanceamento adequado de nutrientes, além de favorecer inúmeras vantagens imunológicas e psicológicas importantes na diminuição da morbidade e mortalidade infantil.^[27] O Ministério da Saúde e a OMS recomendam o aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida e complementar até os dois anos de idade, 90,0% dos participantes concordaram que este é líquido ideal para crianças até seis meses e 54,5% concordaram que o tempo de recomendação de aleitamento materno é de até dois anos de idade. Ressalta-se que no segundo ano de vida da criança, o leite materno continua sendo uma importante fonte de nutrientes, dois copos de 500 ml de leite materno nesta fase fornecem 95,0% das necessidades diárias de vitamina C, 45,0% de vitamina A, 38,0% de proteínas e 31,0% do total de calorias, sendo também uma excelente proteção contra doenças infecciosas.^[13,28]

Segundo o estudo de Shimabukuro, Oliveira e Taddei^[9], que avaliou os conhecimentos de educadores de creches sobre alimentação infantil de oito creches do município de São Paulo, puderam avaliar que o conhecimento dos educadores estão agregados às suas próprias concepções e se baseiam em costumes, valores e crenças em situações e experiências vividas, podendo afetar a prestação de cuidados e ensinamentos a alimentação da criança.

De acordo com Vitolo^[29], os hábitos alimentares iniciam-se com a bagagem genética que influencia nas preferências alimentares e sofrem influências do meio ambiente: tipo de aleitamento recebido nos primeiros meses de vida; maneira como foram introduzidos os alimentos complementares no primeiro ano de vida; experiências positivas e negativas com alimentos durante a infância; hábitos alimentares; condições socioeconômicas, entre outros. A alimentação em grupo, principalmente no ambiente escolar, contribui para a modificação dos hábitos, sendo importante para a implantação de programas de educação nutricional nestas instituições para a promoção da melhora na qualidade da alimentação infantil.

O modo de alimentar as crianças é decisivo na formação do hábito alimentar, sobretudo as estratégias que os pais e cuidadores usam para estimular a alimentação. Silva, Costa e Giugliani^[30] em seu estudo sobre alimentação infantil: além dos aspectos nutricionais, utilizam o termo alimentação responsiva que tem como princípios: alimentar a criança de maneira lenta e paciente, encorajando a criança a comer, sem força-lá caso ela recuse algum alimento, experimentar diferentes combinações de alimentos, gostos, texturas e métodos de encorajamento; diminuir as distrações durante as refeições; fazer das refeições oportunidades de aprendizado e amor, falar com a criança durante a alimentação e manter o contato olho a olho. Cabe ao cuidador a responsabilidade de ser sensível aos sinais da criança e aliviar tensões durante a alimentação, além de torná-la prazerosa, enquanto é papel da criança expressar os sinais de fome e saciedade com clareza e ser receptiva ao cuidador.

Estudo de Souza *et al.*,^[13] que avaliou o conhecimento de funcionários de creches públicas sobre aleitamento materno e alimentação complementar mostrou que 77,0% dos participantes afirmaram influenciar na alimentação das crianças, principalmente em atividades de supervisão e estímulo para o consumo dos alimentos durante as refeições, além da avaliação e supervisão da qualidade dos alimentos oferecidos as crianças. A melhoria do conhecimento dos educadores sobre alimentação é o primeiro passo para a promoção da saúde da população a curto, médio e longo prazo, no ambiente escolar. Contudo, para que o educador se transforme em agente promotor de hábitos alimentares saudáveis, é essencial que possua conhecimento dos preceitos teóricos de alimentação e nutrição e uma postura consciente da importância de sua atuação na formação dos hábitos alimentares da criança. A expectativa é de que os educadores competentes e motivados se tornem agentes transformadores do comportamento alimentar de crianças.^[31]

O ambiente escolar é um importante aliado para a criação de ações EAN, voltadas para o fortalecimento das capacidades individuais, tomada de decisões futuras favoráveis à sua saúde e à comunidade escolar para criação

de ambientes saudáveis.^[32] Sabendo desta importância, desde o ano de 2018, a Lei nº 13.666/2018, estabelece a inserção da EAN nos currículos escolares através das disciplinas de ciências e biologia.^[33]

5 Conclusão

Os resultados mostram uma maior necessidade de estudos que abordem a avaliação do conhecimento da alimentação infantil por funcionários de creches, já que se encontrou um *déficit* de trabalhos científicos sobre o tema. Ressalta-se como uma limitação desse estudo o baixo número de participantes, visto que no município onde a pesquisa foi realizada, um único centro de educação atendeu os critérios de seleção.

Apesar destas limitações, os resultados mostraram um adequado conhecimento sobre alimentação complementar entre os funcionários, entretanto, os mesmos mostram que somente os conhecimentos adquiridos na prática são insuficientes para promover boa alimentação e hábitos alimentares saudáveis para o adequado crescimento e desenvolvimento das crianças atendidas.

REFERÊNCIAS

- 1 Brasil, 1996. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- 2 Rodrigues AS. Reflexões sobre a organização de práticas educativas no contexto da educação infantil. Presidente Prudente, SP 2013; 24 (1): 183-199, Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/16637>>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- 3 Brasil. Censo escolar. Notas estatísticas. Brasília, DF, Rio de Janeiro. [2019] Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf> Acesso em: 12 maio. 2019.
- 4 Vitolo MR, Bortolino GA. Introdução precoce de alimentos de baixo valor nutricional na primeira infância. Estudo de campo randomizado. Nutr. Pauta, 2014; 68 (1): 13-7. Disponível em: http://www.sci_nlinks&ref=000095&pid=S01030582200800030000600014&lng=es>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- 5 Bogus CM, Nogueira-Martins MCF, Moraes DEB, Taddei JAAC. Cuidados oferecidos pelas creches: percepções de mães e educadoras. Rev nut, 2015; 20 (5). Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14155273200700050006&lng=en>. Acesso em: 12 maio. 2019.
- 6 World Health Organization. Infant and young child feeding: model chapter for textbooks for medical students and allied health professionals. Geneva; Switzerland; 2009. Disponível em: < https://www.who.int/maternal_child_adolescent/documents/9789241597494/en/>. Acesso em: 02 maio. 2019.
- 7 Giesta JM, Zoche E, Corrêa RS, Bosa VL. Fatores associados à introdução precoce de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças menores de dois anos. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2017/Out). [Citado em 12/05/2019]. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-a-introducao-precoce-de-alimentos-ultraprocessados-na-alimentacao-de-criancas-menores-de-dois-anos/16467?id=16467&id=16467>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

8 Brasil. Ministério da saúde. Consumo alimentar de crianças até dois anos não é adequado. [2016]. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2016/06/consumo-alimentar-de-criancas-ate-dois-anos-nao-e-adequado>>. Acesso em: 11 maio. 2019.

9 Shimabukuro EE, Oliveira MN, Taddei JAAC. Conhecimentos de educadores de creches sobre alimentação infantil. Rev Paul Pediatr 2013; 26 (3):231- 237. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822008000300006>. Acesso em: 10 maio. 2019.

10 Assao TY, Cervato-mancuso AM. Alimentação saudável: percepções dos educadores de instituições infantis. Journal of Human Growth and Development, 2016; 18 (2): 126-134. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/14141/art_ASSAO_Alimentacao_saudavel_percepcoes_dos_educadores_de_instituicoes.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 maio 2019.

11 Brasil. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui diretrizes para a Promoção de Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas em âmbito nacional. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html>. Acesso em: 1823 abril 2019.

12 Barros, RMM; Seyffarth, AS. Conhecimentos maternos sobre alimentação complementar – impacto de uma atividade educativa. Comun. Ciênc. Saúde, 2016; 19 (3): 225-231. Disponível em: <http://www.escs.edu.br/pesquisa/Vol19_3art03.pdf>.

13 Brasil. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília. DF, [2015]. Segunda edição. Caderno de atenção básica n 23. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf> Acesso em: 23 maio 2019.

14 Pacheco SS Moraes. O hábito alimentar enquanto um comportamento culturalmente produzido. Scielo books. [2014]. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/9q/pdf/freitas-9788523209148-13.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2019.

15 Longo-Silva G, Taddei JAAC, Konstantyner T, Toloni MHA. Percepções de educadores de creches acerca de práticas cotidianas na alimentação de lactentes: impacto de um treinamento. Depart de Pediatria, Universidade Federal de São Paulo. [Abr, 2012] Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n2/545-552/pt>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

16 Souza JPO, Prudente AM, Silva DA, Pereira LA, Rinaldi AEM. Avaliação do conhecimento de funcionárias de escolas municipais de educação infantil sobre aleitamento materno e alimentação complementar. Rev Paul Pediatr, 2013; 31(4):480-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v31n4/pt_0103-0582-rpp-31-04-00480.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2019.

17 Marinho LMF, Capelli JCS, Rocha CMM, Bouskela A, Carmo CN, Freitas SEAP, *et al.*, Situação da alimentação complementar de crianças entre 6 e 24 meses assistidas na Rede de Atenção Básica de Saúde de Macaé, RJ, Brasil. Rio de Janeiro/RJ. 2016. Acesso em 11 maio 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0977.pdf>;

18 SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola/Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Nutrologia, 3ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: SBP, 2012. 148 p. Acesso em 11 maio 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2015/02/14617a-pdmanualnutrologia-alimentacao.pdf;

19 Vargas VS, Soares MCF. Characteristics of precocious complementary feeding in children from a city in southern Brazil. Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. = J. Brazilian Soc. Food Nutr. São Paulo, 2012; 37 (3): 269-280. Disponível em: <http://sban.cloudpainel.com.br/files/revistas_publicacoes/371.pdf>. Acesso em: 02 maio. 2019.

20 Gurmini J, Porello EB, Belleza MSS, Silva KN, Kusma SZ. Análise da alimentação complementar em crianças entre 0 e 2 anos de escolas públicas. Rev médica da UFPR, 2017; 4 (2). Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revmedicaufpr/article/view/55187/33467>>. Acesso em: 12 maio 2019.

21 Conceição DR, Rodrigues AM. Percepções maternas sobre alimentação no primeiro ano de vida. Rev ciências humanas 2015; 8 (1). Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/266/165>>. Acesso em: 11 maio. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000137&pid=S0034-7167201100050001700029&lng=pt>. Acesso em: 12 abr. 2019.

22 Monteiro GSG, Assis MM, Leite MA, Mendes LL. Avaliação das informações nutricionais para crianças de até dois anos disponíveis em sites Avaliando a informação nutricional para crianças menores de dois anos disponíveis em sites populares. Rev Paulista de Pediatria, 2015; 34 (3). Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0103058216000058>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

23 Garcia MT, Granado FS, Cardoso MA. Alimentação complementar e estado nutricional de crianças menores de dois anos atendidas no Programa Saúde da Família em Acrelândia, Acre, Amazônia Ocidental Brasileira. *Cad saúde pública*, RJ, 2016; 27 (2) 305-316. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/12.pdf>>. Acesso em: 05 maio. 2019.

24 Brasil. Dez passos para uma alimentação saudável: Guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica Brasília. DF, 2013. Disponível em: <http://www.redeblh.fiocruz.br/media/10palimsa_guia13.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

25 Fuzeto KLR, Oliveira ACL. Comparação da prática do aleitamento materno e da alimentação complementar entre mães adolescentes e adultas, Curitiba/PR. *Cadernos da escola de saúde*. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000137&pid=S0034-7167201100050001700029&lng=pt>. Acesso em: 12 maio. 2019.

26 Simon VGN, Souza JMP, Souza SB. Aleitamento materno, alimentação complementar, sobrepeso e obesidade em pré-escolares. *Rev saúde pública*, 2013; 43 (1):60-9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/6990.pdf>>. Acesso em: 11 maio. 2019.

27 Marques RFSV, Lopez FA, Braga JAP. O crescimento de crianças alimentadas com leite materno exclusivo nos primeiros 6 meses de vida. *J Pediatr*.2016; 80 (2) :99-105. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00217557200400020005&lng=pt>. Acesso em: 11 maio. 2019.

28 World Health Organization. Collaborative study team on the role of breastfeeding on the prevention of infant mortality: effect of breastfeeding on infant and child mortality due to infectious diseases in less developed countries: a pooled analysis. *Lancet*, v. 355, p. 451-455, [2000].

29 Vitolo, Márcia Regina. *Nutrição: da gestação ao envelhecimento*. Rio de Janeiro: Ed. Rubio; 2014. 648 p.

30 Silva GAP, Costa KAO, Giugliani ERJ. Alimentação infantil: além dos aspectos nutricionais [base de dados na Internet]. Porto Alegre/RS: Sociedade Brasileira de Pediatria. Published by Elsevier Editora Ltda. 2016 [acesso em 11 maio 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572016000400002&script=sci_arttext&lng=pt>.

31 Bernardon R, et al. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. *Rev nutr*, 2015; 22, (3) Disponível em:

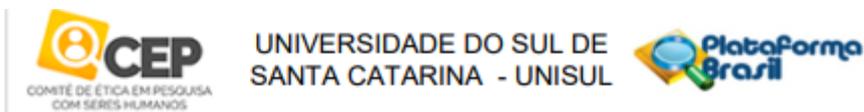
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14155273200900030009>. Acesso em: 23 maio 2019.

32 Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, DICEI. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, [2013b]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 18 maio. 2019.

33 Brasil. 2018 Lei Nº 13.666, de 16 de Maio de 2018. Imprensa Nacional Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1, 17 maio 2018. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=26903635&id=26903673&idBinario=26904256&mime=application/rtf>>. Acesso em: 23 maio 2019.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: CONHECIMENTOS E PRÁTICAS SOBRE ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ENTRE FUNCIONÁRIOS DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA- SC

Pesquisador: Lucimara Tábata Martins

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 96025418.9.0000.5369

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.249.790

Apresentação do Projeto:

Emenda para inclusão de mais questões no instrumento de coleta no projeto de TCC já aprovado pelo CEP- Unisul.

Trata-se de um projeto de Trabalho de conclusão de curso do curso de graduação em Nutrição e conta com dois membros na equipe de pesquisa. Tem como tema o conhecimento e as práticas sobre alimentação complementar entre funcionários de um Centro de Educação Infantil. Objetivo: Analisar o conhecimento de funcionários de um centro de educação infantil do município de Imbituba – SC sobre alimentação complementar. Metodologia: O presente estudo se caracteriza como quantitativo, observacional do tipo transversal e será realizado com todos os funcionários que atendem diretamente crianças até dois anos, do C.M.E.I Alceu Rochadel da Silva. A pesquisa utilizará como fonte de informações dados primários, que serão coletados através de um questionário auto – preenchido, onde constarão dados sócio-demográficos e questões relacionadas ao conhecimento dos funcionários sobre alimentação complementar. A análise dos dados será feita no software SPSSStatistics, serão realizadas análises de consistência e estatística descritiva, para associações, será utilizado o teste qui – quadrado ($p < 0,05$). A coleta será realizada após aprovação e anuência do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25
Bairro: Cid.Universitária Pedra Branca **CEP:** 88.137-270
UF: SC **Município:** PALHOÇA
Telefone: (48)3279-1036 **Fax:** (48)3279-1094 **E-mail:** cep.contato@unisul.br



UNIVERSIDADE DO SUL DE
SANTA CATARINA - UNISUL



Continuação do Parecer: 3.249.790

Resultados esperados: Espera-se ao fim desta pesquisa, que os resultados encontrados sirvam de subsídios para programas de ação continuada e o aprimoramento de ações intersetoriais envolvendo o tema da nutrição e alimentação adequada, incluindo neste âmbito equipes multiprofissionais e que envolvam toda a rede municipal de ensino do município de

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL: Avaliar o conhecimento e as práticas sobre alimentação complementar entre funcionários de um Centro de Educação Infantil

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Avaliar o conhecimento dos funcionários sobre alimentação complementar; Identificar as práticas utilizadas por funcionárias para alimentação de crianças até dois anos no centro de educação infantil; Associar as práticas e conhecimentos sobre alimentação complementar com variáveis socioeconômicas e demográficas dos funcionários do centro de educação infantil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Por tratar-se de entrevista e aplicação de questionários, os riscos existentes são mínimos, sendo estes relacionados apenas à exposição e ao possível desconforto social do paciente. Tais riscos serão controlados pelo pesquisador ao aplicar os questionários em uma sala reservada, onde o paciente possa sentir-se confortável ao respondê-los. Os benefícios do trabalho são indiretos, o paciente tem a oportunidade de ter sua QV avaliada e futuramente é possível guiar um tratamento mais objetivo. Além disso, todas as informações coletadas serão tratadas com caráter sigiloso e mesmo em caso de publicação, preserva-se o anonimato do participante.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A emenda para O presente protocolo de pesquisa apresentado encontra-se em conformidade com a Resolução nº 466/12 e/ou 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Projeto em conformidade com a Resolução CNS nº 466/12 e/ou 510/16.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Emenda para inclusão de mais questões no instrumento de coleta no projeto de TCC já aprovado

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25
Bairro: Cid. Universitária Pedra Branca **CEP:** 88.137-270
UF: SC **Município:** PALHOÇA
Telefone: (48)3279-1036 **Fax:** (48)3279-1094 **E-mail:** cep.contato@unisul.br

Continuação do Parecer: 3.249.790

pelo CEP-Unisul. Não foram identificadas pendências éticas na emenda e no protocolo de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O presente protocolo de pesquisa encontra-se em conformidade com a Resolução CNS nº 466/12 e/ou 510/16.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1302817_E1.pdf	04/04/2019 15:17:13		Aceito
Outros	emenda_teste.pdf	04/04/2019 15:16:52	Lucimara Tábata Martins	Aceito
Outros	questionario.pdf	21/02/2019 14:36:27	Lucimara Tábata Martins	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao.pdf	16/08/2018 14:33:34	Lucimara Tábata Martins	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	tcc.pdf	03/07/2018 22:54:44	ANA JULIA RODRIGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	03/07/2018 22:43:53	ANA JULIA RODRIGUES	Aceito
Cronograma	cro.pdf	03/07/2018 22:38:08	ANA JULIA RODRIGUES	Aceito
Orçamento	or.pdf	03/07/2018 22:36:23	ANA JULIA RODRIGUES	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	03/07/2018 22:28:52	ANA JULIA RODRIGUES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25
Bairro: Cid.Universitária Pedra Branca **CEP:** 88.137-270
UF: SC **Município:** PALHOÇA
Telefone: (48)3279-1036 **Fax:** (48)3279-1094 **E-mail:** cep.contato@unisul.br

Data: 03 de 04

ANEXO B – Política editorial Revista de Nutrição

A Revista de Nutrição (e-ISSN 1678-9865) é um periódico especializado que publica artigos que contribuem para o estudo da Nutrição em suas diversas subáreas e interfaces. Com periodicidade bimestral, está aberta a contribuições da comunidade científica nacional e internacional.

Não há taxa para submissão e avaliação de artigos.

Submissão

Todos os artigos devem ser submetidos de forma eletrônica pela página <<http://mc04.manuscriptcentral.com/rn-scielo>>.

Qualquer outra forma de envio não será apreciada pelos editores.

No momento da submissão deve ser anexado: (1) O artigo (arquivo completo em formato Word, incluindo folha de rosto, resumo, abstract, texto, referências e ilustrações); (2) As ilustrações (em arquivo editável, nos formatos aceitos pela revista); (3) Toda a documentação exigida pela revista (devidamente assinada por todos os autores).

Os manuscritos podem ser rejeitados sem comentários detalhados após análise inicial, por pelo menos dois editores da Revista, se os artigos forem considerados inadequados ou de prioridade científica insuficiente para publicação na Revista.

A Revista de Nutrição não publica mais que 1 (um) artigo do mesmo autor no mesmo ano (volume), para evitar a endogenia. Esse procedimento visa aumentar o número de temas e de colaborações provenientes de autores nacionais e internacionais.

Política de acesso público

A Revista proporciona acesso público - Open Access - a todo seu conteúdo e são protegidos pela Licença *Creative Commons* (CC-BY).

Pesquisas envolvendo seres vivos

Resultados de pesquisas relacionadas a seres humanos e animais devem ser acompanhados de cópia de aprovação do parecer de um Comitê de Ética em pesquisa.

Registros de Ensaio Clínicos

Artigos com resultados de pesquisas clínicas devem apresentar um número de identificação em um dos Registros de Ensaio Clínicos validados pelos critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE), cujos endereços estão disponíveis no site do ICMJE. O número de identificação deverá ser registrado ao final do resumo.

Conflito de interesse

Autores: Os autores devem declarar, de forma explícita, individualmente, qualquer potencial conflito de interesse financeiro, direto e/ou indireto, e não financeiro etc., bem como qualquer conflito de interesse com revisores *ad hoc*.

Revisores *ad hoc*: No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos revisores, o Comitê Editorial encaminhará o manuscrito a outro revisor *ad hoc*.

Plágio

A Revista verificará os artigos submetidos, por meio de uma ferramenta de detecção de plágio CrossCheck, após o processo de revisão por pares.

Redes Sociais

A Revista de Nutrição visando maior disseminação do seu conteúdo, solicita aos autores que, após a publicação no site da SciELO, divulguem seus artigos nas redes sociais abaixo, entre outras:

Academia.edu – <https://www.academia.edu/>

Mendeley – <https://www.mendeley.com/>

ResearchGate – <http://www.researchgate.net/>

Google Acadêmico - <https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR>

Revisores

Os autores devem indicar três possíveis revisores para o manuscrito com os respectivos e-mails e as instituições as quais estão vinculados. Opcionalmente, podem indicar três revisores para os quais não gostaria que seu trabalho fosse enviado.

ANEXO C - Instruções para submissão Revista de Nutrição

A Revista só publica artigos inéditos no idioma inglês. No entanto, os autores podem submeter os artigos em português e, após a avaliação do manuscrito, o mesmo passará pelo processo de tradução com tradutores credenciados pela Revista, com o custo da tradução arcado pelos autores, nas seguintes categorias:

Categoria dos artigos

Original: contribuições destinadas à divulgação de resultados de pesquisas inéditas, tendo em vista a relevância do tema, o alcance e o conhecimento gerado para a área da pesquisa (limite máximo de 3.500 palavras - incluindo: resumo, abstract, tabelas, gráficos, figuras e referências).

Revisão (a convite): síntese de conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, mediante análise e interpretação de bibliografia pertinente, de modo a conter uma análise crítica e comparativa dos trabalhos na área, que discuta os limites e alcances metodológicos, permitindo indicar perspectivas de continuidade de estudos naquela linha de pesquisa (limite máximo de 4 mil palavras - incluindo: resumo, abstract, tabelas, gráficos, figuras e referências). Serão publicados até dois trabalhos por fascículo.

Nota Científica: dados inéditos parciais de uma pesquisa em andamento (limite máximo de 1.500 palavras - incluindo resumo, abstract, tabelas, gráficos, figuras e referências).

Seção Temática (a convite): seção destinada à publicação de 2 a 3 artigos coordenados entre si, de diferentes autores, e versando sobre tema de interesse atual (máximo de 10 mil palavras no total - incluindo: resumo,

abstract, tabelas, gráficos, figuras e referências).

Categoria e a área temática do artigo: Os autores devem indicar a categoria do artigo e a área temática, a saber: alimentação e ciências sociais, avaliação nutricional, bioquímica nutricional, dietética, educação nutricional, epidemiologia e estatística, micronutrientes, nutrição clínica, nutrição experimental, nutrição e geriatria, nutrição materno-infantil, nutrição em produção de refeições, políticas de alimentação e nutrição e saúde coletiva.

A Revista de Nutrição não avalia trabalhos que já foram apresentados em eventos (nacionais e internacionais) e/ou traduzidos em outros idiomas, a fim de preservar o caráter inédito da obra.

O texto deverá contemplar o número de palavras de acordo com a categoria do artigo.

Estrutura do texto

O texto deve ser preparado em:

- Espaçamento 1,5 entre linhas;
- Com fonte Arial 12;
- A quantidade total de palavras deve estar de acordo com a categoria do artigo (Contabiliza-se a partir do resumo, até a última página do conteúdo do artigo. Não devem ser consideradas a folha de rosto, referências e ilustrações);
- A seguinte ordem de apresentação deverá ser respeitada, incluindo-se os itens em páginas distintas:
 - Folha de rosto (página 1);
 - Resumo/Abstract (página 2);
 - Texto (página 3);
 - Referências (em uma página separada, após o final do texto);
 - Ilustrações (iniciar cada uma em uma página separada, após as referências).

- O arquivo deverá ser gravado em editor de texto similar à versão 2010 do Word;
- O papel deverá ser de tamanho A4 com formatação de margens superior e inferior (2,5 cm), esquerda e direita (3 cm);
- A numeração das páginas deve ser feita no canto inferior direito;
- A formatação das referências deverá facilitar a tarefa de revisão e de editoração. Para tal, deve-se utilizar espaçamento 1,5 entre linhas e fonte tamanho 12, e estar de acordo com o estilo Vancouver;
- As ilustrações (Figuras e Tabelas) deverão ser inseridas após a seção de referências, incluindo-se uma ilustração por página, independentemente de seu tamanho.

Página de rosto deve conter:

- a) Título completo em português: (i) deverá ser conciso e evitar palavras desnecessárias e/ou redundantes, (ii) sem abreviaturas e siglas ou localização geográfica da pesquisa.
- b) Sugestão obrigatória de título abreviado para cabeçalho, não excedendo 40 caracteres (incluindo espaços), em português (ou espanhol) e inglês.
- c) Título completo em inglês, compatível com o título em português.
- d) Nome de cada autor, por extenso. Não abreviar os prenomes. A indicação dos nomes dos autores logo abaixo do título do artigo é limitada a 6. A revista recomenda fortemente que todos os autores e coautores tenham seus currículos atualizados na Plataforma Lattes, para submissão de artigos.
- e) Informar os dados da titulação acadêmica dos autores (se é mestre, doutor, etc.), a afiliação institucional atual (somente um vínculo por autor, em 3 níveis, sem abreviaturas ou siglas), além de cidade, estado e país.
- f) Indicação do endereço completo da instituição à qual o autor de correspondência está vinculado.
- g) Informar telefone e e-mail de todos os autores.

h) Informar, explicitamente, a contribuição de cada um dos autores no artigo. O crédito de autoria deverá ser baseado em contribuições substanciais, tais como concepção e desenho, análise e interpretação dos dados, revisão e aprovação da versão final do artigo. Não se justifica a inclusão de nomes de autores cuja contribuição não se enquadre nos critérios acima. Redigir a contribuição no idioma que o artigo será publicado.

i) Informar o número de Registro ORCID® (*Open Researcher and Contributor ID*). Caso não possua, fazer o cadastro através do link: <<https://orcid.org/register>>. O registro é gratuito. Saiba mais aqui.

j) Informar se o artigo é oriundo de Dissertação ou Tese, indicando o título, autor, universidade e ano da publicação.

k) Indicar os seguintes itens:

Categoria do artigo; área temática; Quantidade total de ilustrações (tabelas, quadros e figuras); Quantidade total de palavras (de acordo com a categoria do manuscrito). Poderá ser incluída nota de rodapé contendo apoio financeiro e o número do processo e/ou edital, agradecimentos pela colaboração de colegas e técnicos, em parágrafo não superior a três linhas.

Observação: esta deverá ser a única parte do texto com a identificação dos autores, e outros tipos de notas **não serão aceitos** (exceto em tradução de citações).

A tramitação do artigo só será iniciada após a inclusão destas informações na página de rosto.

Resumo

Todos os artigos submetidos em português ou espanhol deverão ter resumo no idioma original e em inglês, com um mínimo de 150 palavras e máximo de 250 palavras.

O texto não deve conter citações e abreviaturas. Destacar no mínimo três e no máximo seis termos de indexação, utilizando os descritores em Ciência da

Saúde - DeCS - da Bireme <<http://decs.bvs.br>>.

Os artigos submetidos em inglês deverão vir acompanhados de resumo em português, além do *abstract* em inglês.

Texto

Com exceção dos manuscritos apresentados como Revisão, Comunicação, Nota Científica e Ensaio, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal para trabalhos científicos:

Introdução

Deve conter revisão da literatura atualizada e pertinente ao tema, adequada à apresentação do problema, e que destaque sua relevância. Não deve ser extensa, a não ser em manuscritos submetidos como Artigo de Revisão.

Métodos

Deve conter descrição clara e sucinta do método empregado, acompanhada da correspondente citação bibliográfica, incluindo: procedimentos adotados; universo e amostra; instrumentos de medida e, se aplicável, método de validação; tratamento estatístico.

Em relação à análise estatística, os autores devem demonstrar que os procedimentos utilizados foram não somente apropriados para testar as hipóteses do estudo, mas também corretamente interpretados. Os níveis de significância estatística (ex. $p < 0,05$; $p < 0,01$; $p < 0,001$) devem ser mencionados. Informar que a pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética credenciado junto ao Conselho Nacional de Saúde e fornecer o número do processo.

Ao relatar experimentos com animais, indicar se as diretrizes de conselhos de pesquisa institucionais ou nacionais - ou se qualquer lei nacional relativa aos cuidados e ao uso de animais de laboratório -, foram seguidas.

Resultados

Sempre que possível, os resultados devem ser apresentados em tabelas,

quadros ou figuras, elaboradas de forma a serem autoexplicativas e com análise estatística. Evitar repetir dados no texto.

Discussão

Deve explorar, adequada e objetivamente, os resultados, discutidos à luz de outras observações já registradas na literatura.

Conclusão

Apresentar as conclusões relevantes, considerando os objetivos do trabalho, e indicar formas de continuidade do estudo. **Não serão aceitas citações bibliográficas nesta seção.**

Agradecimentos: podem ser registrados agradecimentos, em parágrafo não superior a três linhas, dirigidos a instituições ou indivíduos que prestaram efetiva colaboração para o trabalho.

Anexos: deverão ser incluídos apenas quando imprescindíveis à compreensão do texto. Caberá aos editores julgar a necessidade de sua publicação.

Abreviaturas e siglas: deverão ser utilizadas de forma padronizada, restringindo-se apenas àquelas usadas convencionalmente ou sancionadas pelo uso, acompanhadas do significado, por extenso, quando da primeira citação no texto. Não devem ser usadas no título e no resumo.

Referências de acordo com o estilo Vancouver: Devem ser numeradas consecutivamente, seguindo a ordem em que foram mencionadas pela primeira vez no texto, conforme o estilo *Vancouver*. Nas referências com até seis autores, todos devem ser citados. Nas referências com mais de 6 autores, deve-se citar os seis primeiros, e depois incluir a expressão *et al.*

As abreviaturas dos títulos dos periódicos citados deverão estar de acordo com o *Index Medicus*.

Citar no mínimo 80% das referências dos últimos 5 anos e oriundas de revistas indexadas, e 20% dos últimos 2 anos.

Não serão aceitas citações/referências de **monografias** de conclusão de curso de graduação, **de trabalhos** de Congressos, Simpósios, *Workshops*, Encontros, entre outros, e de **textos não publicados** (aulas, entre outros).

Se um trabalho não publicado, de autoria de um dos autores do manuscrito e/ou de outras fontes, for citado (ou seja, um artigo *in press*), é **obrigatório** enviar cópia da carta de aceitação (artigo já aprovado com previsão de publicação) da revista que publicará o referido artigo. Caso contrário, a citação/referência será excluída.

Se dados não publicados obtidos por outros pesquisadores forem citados pelo manuscrito, será necessário incluir uma carta de autorização, do uso dos mesmos por seus autores.

Quando o documento citado possuir o número do DOI (Digital Object Identifier), este deverá ser informado, dispensando a data de acesso do conteúdo (vide exemplos de material eletrônico). Deverá ser utilizado o prefixo [https://doi.org/...](https://doi.org/)

Citações bibliográficas no texto: deverão ser expostas em ordem numérica, em algarismos arábicos, dentro de colchetes (exemplo: [1], [2], [3]), após a citação, e devem constar da lista de referências.

Em citações diretas traduzidas pelos autores deve constar em nota de rodapé o trecho no idioma original. Na indicação da fonte deve constar: Tradução minha ou tradução nossa. Exemplo: (Rodgers *et al.*, 2011, tradução nossa).

A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor. Todos os trabalhos citados no texto deverão ser listados na seção de

Referências.

Exemplos

Artigo em publicação periódica científica impressa

Canuto JMP, Canuto VMP, Lima MHA, Omena ALCS, Morais TML, Paiva AM, *et al.* Fatores de risco associados à hipovitaminose D em indivíduos adultos infectados pelo HIV/aids. *ArchEndocrinolMetab.* 2015;59(1):34-41.

Artigo com mais de seis autores na Internet

Fuermaier ABM, Tucha L, Janneke K, Weisbrod M, Lange KW, Aschenbrenner S, *et al.* Effects of methylphenidate on memory functions of adults with ADHD.s *ApplNeuropsychol Adult.* 2017 [2017 May 15];24(3):199-211. Available from: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23279095.2015.1124108>

Artigo com o n° de DOI

Lazarini FM, Barbosa DA. Intervenção educacional na Atenção Básica para prevenção da sífilis congênita. *Rev Latino-Am Enfermagem.* 2017 [citado 2017 maio 2];25:e2845. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.1612.2845>

Livro

Damiani D. *Endocrinologia na prática pediátrica.* 3ª ed. Barueri: Manole; 2016.

Livro em suporte eletrônico

Baranoski MCR. *A adoção em relações homoafetivas.* Ponta Grossa: UEPG; 2016 [citado 2017 maio 25]. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ym6qv>

Capítulos de livros

Cominetti CR, Horst MM, Aderuza M. Parte 4: nutrientes, genômica nutricional e relação saúde-doença. In: Cominetti CR, Horst MM, Aderuza M. *Genômica Nutricional: dos fundamentos à nutrição molecular.* Barueri: Manole; 2015.

Capítulo de livro em suporte eletrônico

Baranoski MCR. Cidadania dos homossexuais. In: Baranoski MCR. A adoção em relações homoafetivas. Ponta Grossa: UEPG; 2016 [citado 2017 maio 25]. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ym6qv>.

Dissertações e teses

Agena F. Avaliação da prevalência de síndrome metabólica ao longo do primeiro ano pós-transplante renal [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2017.

Texto em formato eletrônico

Loss S. Nutrição enteral plena vs hipocalórica no paciente crítico. São Paulo: Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral; 2017 [acesso 2017 maio 25]. Disponível em: www.sbnpe.com.br/news-braspen/atualizacao-em-tn/nutricao-enteral-plena-vs-hipocalorica-no-paciente-critico.

Programa de computador

Brubins Comércio de Alimentos e Supergelados. Dietwin: software de nutrição. Porto Alegre: Brubins Comércio de Alimentos e SupergeladosLtda; 2017.

Para outros exemplos recomendamos consultar as normas do Committee of Medical Journals Editors (Grupo Vancouver) <<http://www.icmje.org>>.

Preparando as ilustrações

- São consideradas ilustrações todo e qualquer tipo de tabelas, figuras, gráficos, desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, mapas, organogramas, diagramas, plantas, quadros, retratos, etc., que servem para ilustrar os dados da pesquisa.
- **É imprescindível a informação do local e ano do estudo para artigos empíricos.**
- Não é permitido que figuras representem os mesmos dados de tabelas ou

de dados já descritos no texto.

- A quantidade total de ilustrações aceitas por artigo é de 5 (cinco), incluindo todas as tipologias citadas acima.
- As ilustrações devem ser inseridas após o item referências, incluindo-se uma ilustração por página, independentemente de seu tamanho, e também enviadas separadamente em seu programa original, através da plataforma ScholarOne, no momento da submissão, na Etapa 6.
- As ilustrações **devem ser editáveis**, sendo aceitos os seguintes programas de edição: Excel, GraphPrism, SPSS 22, Corel Draw Suite X7 e Word. Sendo assim, poderão ser submetidas imagens apenas nas seguintes extensões: .cdr, .pzf, .spv, .jpg, .jpeg, .xls, .xlsx, .doc, .docx, .vsdx, .vst. Caso opte pelo uso de outro programa, deverá ser usada a fonte padrão *Frutiger*, fonte tamanho 7, adotada pela Revista na edição.
- As imagens devem possuir resolução igual ou superior a 600 dpi. Gráficos e desenhos deverão ser gerados em programas de desenho vetorial (Microsoft Excel, CorelDraw, Adobe Illustrator etc.), acompanhados de seus parâmetros quantitativos, em forma de tabela e com nome de todas as variáveis.
- Não são aceitos gráficos apresentados com as linhas de grade, e os elementos (barras, círculos) não podem apresentar volume (3-D).
- O autor se responsabiliza pela qualidade das ilustrações, que deverão permitir redução de tamanho sem perda de definição para os tamanhos de uma ou duas colunas (7,5cm e 15cm, respectivamente), pois **não é permitido o uso de formato paisagem**.
- A cada ilustração deverá ser atribuído um título breve e conciso, sendo numeradas consecutiva e independentemente, com algarismos arábicos, de acordo com a ordem de menção dos dados. Os quadros e tabelas terão as bordas laterais abertas.
- Para Gráficos, deverá ser informado título de todos os eixos.
- Todas as colunas de Tabelas e Quadros deverão ter cabeçalhos.

- As palavras **Figura, Tabela e Anexo**, que aparecerem no texto, deverão ser escritas com a primeira letra maiúscula e acompanhadas do número a que se referirem. Os locais sugeridos para inserção de figuras e tabelas deverão ser indicados no texto. Os títulos deverão ser concisos.
- Inclua, sempre que necessário, notas explicativas. Caso haja alguma sigla ou destaque específico (como o uso de negrito, asterisco, entre outros), este deve ter seu significado informado na nota de rodapé da ilustração.
- Para artigos em outro idioma que não o português, deve ser observado a tradução correta das ilustrações, tabelas, quadros e figuras, além da conversão de valores para o idioma original do artigo.
- Caso haja utilização de figuras ou tabelas publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso, e citada a devida fonte. No caso de fotografias, é necessário o envio de uma declaração com a autorização para uso de imagem, mesmo que haja tentativa de ocultar a respectiva identidade do fotografado.

Os autores devem garantir que nada no manuscrito infringe qualquer direito autoral ou propriedade intelectual de outrem, pois caso contrário poderão responder juridicamente conforme os termos da Lei nº 9.610/98, que consolida a legislação sobre direitos autorais.

ANEXO D – Carta de encaminhamento do Orientador



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
CURSO DE NUTRIÇÃO**

**CARTA DE APROVAÇÃO DO TCC PARA APRESENTAÇÃO À BANCA
EXAMINADORA**

Tubarão, 26 de junho de 2019.

**Ilma. Sr (a).
Prof (a).
D.D. Coordenador (a) do TCC
Nesta**

Informo que o TCC “Avaliação do conhecimento sobre alimentação complementar entre funcionários de um centro de educação infantil” desenvolvido pela acadêmica: Ana Julia Rodrigues está apto para submissão à Banca Examinadora.

Atenciosamente,

Prof^a. Lucimara Tábata Martins, Msc.

Assinatura do orientador